

1 Nos dia 6 e 7 de fevereiro de 2006, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio genético –  
2 DPG, situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF realizou-se a 9ª Reunião  
3 Extraordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os  
4 seguintes membros da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Ferreira de**  
5 **Souza Dias** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sr. **Clóvis**  
6 **Andrade Júnior** (suplente), representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; Sr.  
7 **Rogério Pereira Dias** (titular) e Sr. **José Francisco Montenegro Valls** (suplente), representante do  
8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; **Márcia Chame dos Santos** (titular)  
9 e Sr. **André Fenner** (suplente), representantes do Ministério da Saúde – MS; Sr. **Gustavo Teixeira**  
10 **Lino**, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MP, Sra. **Fani Mamede**, representante  
11 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Sr. **Luiz Antônio Dombek**. Representante do  
12 Ministério da Integração Nacional - MI, Sr. **Luiz Eduardo Carvalho Bonilha**, representante da  
13 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR; Sr. **Rômulo**  
14 **José Fernandes Barreto Mello** (suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
15 dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr **Wilson Loureiro**, representante da Associação  
16 Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; Sr. **Miguel Pedro Guerra**,  
17 representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Sra. **Nanuza Luiza de**  
18 **Menezes** (suplente), representante da Academia Brasileira de Ciência - ABC; Sra. **Maria Adélia**  
19 **Oliveira Cruz** (titular), representante dos Movimentos Sociais indicados pelo Fórum de ONG's e  
20 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sr. **Angelo Rafael Greco**  
21 (titular) representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Sra. **Eliane Anjos** (titular),  
22 e Sra. **Grace Dalla Pria Pereira** (suplente), representantes da Confederação Nacional da Indústria  
23 – CNI; Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos  
24 Pescadores – MONAPE. Na reunião também estavam presentes: Sr. **Afonso Celso Candeira**  
25 **Valois**, da Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA; Sra. **Maria Iolita Bampi** e Sra.

26 **Fátima Oliveira** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –  
27 IBAMA; Sra. **Andrea Nunes Portela**, do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, Sr. **Mauro**  
28 **Pichorim**, Sra. **Raquel Resende**, Sra. **Andreína D'Ayala Valva** e Sr **Hélio Jorge da Cunha**, do  
29 Ministério do Meio Ambiente – MMA. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens:1.  
30 ABERTURA; 2. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 2.1 – Plano de Ação para a Implementação  
31 da Política Nacional sobre Biodiversidade – PAN-BIO; 3. ENCERRAMENTO. O Sr. **Paulo**  
32 **Kageyama** iniciou a reunião às 10h00min e após cumprimentar todos os presentes colocou a pauta  
33 em votação a qual foi aprovada sem alterações. Em seguida o Sr. **Braulio Dias** fez um histórico das  
34 negociações do Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade –  
35 PAN-Bio. Citou a reunião realizada em agosto de 2005, em Salvador/BA, para a elaboração do  
36 Plano, o processo de consolidação das ações propostas e a criação da Câmara Técnica Permanente  
37 para Finalização e Monitoramento da Implementação do PAN-Bio. Explicou o a estrutura do  
38 documento a ser tratado na reunião e sugeriu a metodologia de trabalho. O Sr. **Rogério Dias** pediu  
39 esclarecimento sobre as legendas. A Sra. **Iolita Bampi** perguntou se as alterações realizadas foram  
40 destacadas com relação a versão anterior. A Sra. **Fátima Oliveira** e o Sr **Braúlio Dias** explicaram  
41 que não houve tempo hábil incluir os destaques. O Sr. **André Fenner**, sugeriu melhoria na redação  
42 e unificação da nomenclatura. Logo após, seguiu-se para a análise das ações do Componente 1 –  
43 Conhecimento da Biodiversidade. Na primeira diretriz, somente a ação 2 foi aprovada sem  
44 alterações, as demais sofreram alterações de acordo as sugestões e consenso da maioria dos  
45 membros presentes. A ação 1, por sugestão das Sras. **Márcia Chame** e **Andrea N. Portela** e Srs.  
46 **José Francisco Valls**, **Braulio Dias** e **Rogério Dias**, foi renumerada para 4 e foi acrescido o item  
47 “c) espécies domesticadas e de potencial econômico”. Foram realizadas pequenas modificações na  
48 redação das ações 3, 4, 5, 7 e 8. A ação 4 foi renumerada para 1. O Sr. **José Francisco Valls** e o Sr.  
49 **Clóvis Andrade** solicitaram a supressão da ação 6. Nas ações 7 e 8 foram incluídas como entidades  
50 potencial executoras as Sociedades Científicas e o MAPA. As modificações nas ações 1 a 8 da

51 primeira diretriz do componente 1 foram aprovadas por unanimidade. Em seguida foi discutido e  
52 aprovado o retorno da ação 9, renumerada para 8 “Promover elaboração, aprimoramento e  
53 disponibilização das cartas Sedimentológicas para a plataforma continental e ZEE”. O Sr. **Angelo**  
54 **Greco** se posicionou contrário ao retorno desta ação e de outras que foram suprimidas em análises  
55 anteriores, justificou que a proposta ficou a disposição por muito tempo e que a equipe fez um  
56 excelente trabalho para redução do conteúdo, por isso o retorno de ações comprometeria o trabalho  
57 já feito. O Sr. **Gustavo T. Lino** questionou a ausência dos custos para implementação das ações e  
58 ressaltou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP era contrário a um plano que  
59 não deixasse claro a origem dos recursos necessários para sua implementação. O Sr. **Bráulio Dias**  
60 esclareceu que ao final da reunião o plenário avaliará a minuta de deliberação que aprova o  
61 documento e que cria a Câmara Técnica Permanente para Finalização e Monitoramento da  
62 Implementação do PAN-Bio. Faz parte da proposta da Câmara a criação de um sistema de gestão  
63 que prevê um processo de aprimoramento do plano. O Sr. **Gustavo T. Lino** reforçou seu  
64 posicionamento, dizendo que era desfavorável a publicidade de um plano sem que o mesmo tivesse  
65 as características essenciais de um plano. O Sr. **Clóvis Andrade** opinou dizendo que a aprovação é  
66 uma deliberação da CONABIO para a biodiversidade e que cada Ministério ou entidade envolvida  
67 terá seu orçamento e decidirá em quais ações do plano aplicará seus recursos, ou seja, a decisão não  
68 implica em novo orçamento. Seguiu-se para a discussão da ação 8 da segunda diretriz que foi  
69 aprovada com a inclusão do MA, MS e MAPA. Em seguida foram tratadas a seis ações da terceira  
70 diretriz. A ação 10 ficou aprovada sem alteração. O Sr. **José Francisco Valls** sugeriu modificar o  
71 texto da ação 11 de “área prioritárias” para “lista de áreas prioritárias”. O Sr. **Wilson Loureiro**  
72 propôs acrescentar no final do texto da ação 13: “e o uso sustentável de áreas protegidas passíveis  
73 de manejo”. No item potencial executor, foram incluídos o MS na ação 12; o MCT, o MDA, o  
74 MAPA e as OEMAs na ação 13. Logo após, foram tratadas as ações da quarta diretriz, aprovadas  
75 com as inclusões das OEMAs, MS e MDA nas ação15 e 16. O Sr. **Paulo Kageyama** encerrou os

76 trabalhos do período da manhã às 13h45min e reiniciou após o almoço às 14h20min, dando início  
77 às discussões das ações do Componente 2 – Conservação da Biodiversidade. Na primeira diretriz, as  
78 ações 5, 6, 8, 10 e 11 não sofreram alterações no texto, no entanto foram incluídas, por sugestão de  
79 diversos membros, algumas instituições na coluna do Potencial Executor. Na ação 1 foi substituído  
80 o trecho “de acidentes florestais” por “dos riscos de acidentes ambientais de origem antrópica”. A  
81 Sra. **Fani Mamede** e o Sr. **Angelo Greco** pediram a supressão da ação 2. Sobre a mesma ação o Sr.  
82 **Rogério Dias** considerou que como não estava claro qual era o “sistema”, seria conveniente  
83 primeiro estabelecer o sistema para depois implantar. A Sra. **Fátima Oliveira** e o Sr. **José**  
84 **Francisco Valls** sugeriram que a ação fosse transferida para o componente 4 e o Sr. **Hélio Cunha**  
85 opinou que poderia ir para o componente 5. As propostas foram votadas e ficou aprovada que a  
86 ação permaneceria no componente 2 alterando-se o termo “implantar” por “desenvolver”. Na ação 3  
87 o Sr. **Rogério Dias** sugeriu retirar o termo “projeto de lei” e substituir por “regulamentação”. A Sra.  
88 **Fani Mamede** sugeriu nesta mesma ação que fosse excluído o termo “em especial com a  
89 comunidade científica”. Após as discussões a ação foi aprovada com a modificação do texto para “  
90 Ampliar a discussão sobre regulamentação de concessão de florestas públicas”. Na ação 7, por  
91 sugestão do Sr. **Gustavo T. Lino**, foi substituído no texto a palavra “implementar” por “fomentar”.  
92 Nesta mesma ação também foram incluídos como potenciais executores a Sociedade Civil, por  
93 sugestão do Sr. **Aladim A. Gomes** e a CONAPE, a pedido do Sr. **Luiz E. C. Bonilha**. Na ação 8, a  
94 Sra. **Grace D. P. Pereira** chamou a atenção de que o SISNAMA inclui o CONAMA. Esta ação foi  
95 aprovada com a retirada do SISNAMA e inclusão do MMA e do CIRM. A ação 9 foi aprovada com  
96 a inclusão de “ZEE nacional”, por sugestão da Sra. **Grace D. P. Pereira**. Na ação 10 foi incluído o  
97 MDA, a pedido da Sra. **Fani Mamede**. O Sr. **Angelo Greco** opinou pela supressão da ação 11, no  
98 entanto, após a votação, a ação foi mantida com as inclusões das OEMAS, do MAPA; da Casa Civil  
99 e do MS sugeridas pelo Sra. **Márcia.Chame** e Srs. **Wilson Loureiro** e **Gustavo T. Lino**. Após  
100 ampla discussão, decidiu-se pelo resgate de duas ações: “Identificar e classificar as áreas úmidas

101 brasileiras, formulando a Política Nacional de Zonas Úmidas, Integrada à gestão de bacias  
102 hidrográficas e cooperação na gestão de áreas fronteiriças”, e “Identificar e classificar as terras  
103 secas e subúmidas brasileiras, formulando a Política Nacional de Terras Secas e Subúmidas,  
104 integrada à gestão de bacias hidrográficas e cooperação na gestão de áreas fronteiriças”. Essas ações  
105 foram numeradas, respectivamente, como 12 e 13 da primeira diretriz. Em seguida foram discutidas  
106 as ações da segunda diretriz, renumeradas de 12 e 13 para 14 e 15. A Sra. **Grace Dalla Pria**  
107 **Pereira** sugeriu substituir o termo “Implementar” por “Ampliar a discussão” na ação 13 e, também,  
108 pelo retorno da ação que trata do levantamento de terras devolutas. A Sra. **Iolita Bampi**, sugeriu  
109 convidar a DAP para apresentar as ações do PNAP. O Sr. **Braulio Dias**, alertou para evitar a  
110 duplicação de esforços entre diferentes políticas do MMA. Após as discussões e votação, o texto da  
111 ação 14 foi modificado para “Ampliar a discussão e fortalecer o Plano Nacional de Áreas  
112 Protegidas – PNAP”. Na ação 15, o Sr. **José Francisco Valls** sugeriu o acréscimo do MMA, MS,  
113 MAPA, IBAMA e OEMAs, como potenciais executores. Esta proposta foi aprovada com a  
114 abstenção do Sr. **Gustavo T. Lino**. A proposta do retorno da ação “Realizar o levantamento de  
115 terras devolutas em território nacional, com vistas à criação de UCs.” foi muito discutida e aprovada  
116 com 7 votos favoráveis e 6 votos contrários. Esta proposta, incluída na segunda diretriz do  
117 componente 2, foi denominada ação 16. Seguiu-se para a análise das ações da terceira diretriz, que  
118 em função das inclusões das ações anteriores, foram renumeradas de 14, 15, 16 e 17 para 17, 18,  
119 19, e 20. Em seguida, foi realizada a análise da terceira diretriz. Nas ações 17, 18 e 20 somente foram  
120 acrescentados potenciais executores. Na ação 17, o Sr. **José Francisco Valls** sugeriu a inclusão do  
121 MAPA. O Sr. **Luiz E. C. Bonilha** indicou as Sociedades Científicas e a Sra. **Márcia Chame** pediu  
122 para incluir o MS. O Sr. **Rogério Dias** sugeriu a participação do MS e do MAPA na ação 18 e a Sra.  
123 **Márcia Chame** indicou o MS na ação 20. Na ação 19, a Sra. **Andréa N. Portela** propôs a  
124 substituição do início do texto “Promover a realização” por “Desenvolver”. A Sra. **Márcia Chame**  
125 sugeriu a exclusão das OEMAs, no entanto a Sra. **Iolita Bampi** ponderou que alguns Centros de

126 Triagem ficam sob a coordenação das OEMAs, desta forma, as OEMAs foram mantidas. As  
127 modificações destas ações foram votadas e aprovadas com a abstenção do Sr. **Gustavo T. Lino** e  
128 com o restante dos votos favoráveis. Seguiu-se para a discussão da quarta diretriz. Devido ao  
129 acréscimo de ações nas diretrizes anteriores, as ações 18, 19, 20,21, 22, 23 da quarta diretriz foram  
130 alteradas para 21, 22, 23, 24, 25 e 26. As ações 21, 23 e 25 não foram modificadas quanto ao seu  
131 texto, mas somente houve inclusão de potenciais executores. O MS foi incluído na ação 21, as  
132 Instituições Mantenedoras de coleções científicas, as Instituições de Ensino e Pesquisa foram  
133 adicionadas à ação 23 e o MS à ação 25, a pedido do Sr. **José Francisco Valls** e da Sra. **Nanuza L.**  
134 **de Menezes**. Essas alterações foram aprovadas com a abstenção do Sr. **Gustavo T. Lino**. A ação  
135 22, foi aprovada com as inclusões do termo “*in situ on farm*” e do MS, sugeridas pelo Sr. **Miguel**  
136 **Guerra**. Na ação 24, foram indicadas as inclusões do MAPA, do MCT e da Sociedade Civil, pelo  
137 Sr. **José Francisco Valls**, do MS e da EMBRAPA, pela Sra **Márcia Chame**. No texto desta ação, o  
138 Sr. **Clóvis Andrade** propôs a modificação do termo “promover” por “regulamentar”. A alteração do  
139 texto e as inclusões dos potenciais executores foi aprovada com a abstenção do Sr **Gustavo T.**  
140 **Lino**. Na ação 26, o Sr **José Francisco Valls** propôs nova redação do texto, que foi aprovada e  
141 modificada para “Avaliar e fortalecer os bancos de germoplasma de espécies nativas com vistas à  
142 perenidade de sua manutenção”. Além disso, foram acrescidas mais três ações à quarta diretriz:  
143 ação 27 “Apoiar iniciativas de reintrodução de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção”,  
144 ação 28 “Construir e regulamentar uma estratégia nacional de conservação *ex situ*” e ação 29 “Criar  
145 mecanismos que promovam e obriguem a disponibilização pública dos dados e informações obtidas  
146 de projetos financiados com recursos públicos”, por sugestão da Sra. **Andréa N. Portela** e do Sr.  
147 **Clóvis Andrade**. Em seguida passou-se para a discussão das ações da quarta diretriz. A ação 25 foi  
148 renumerada para 30 e o texto aprovado foi “ Instituir metodologia de cálculo de compensação  
149 ambiental por significativo dano ambiental”. A ação 26 foi renumerada para 31 e o texto aprovado  
150 foi modificado para “Definir critérios e indicadores de contabilidade ambiental, a serem adotados

151 pelos órgãos públicos na análise de projetos inclusive em empreendimentos privados sujeitos a  
152 licenciamento, e/ou candidatos a benefícios financeiros públicos. A ação 27 foi renumerada para 32  
153 e o texto aprovado foi “Criar mecanismos que garantam a gestão dos contratos de concessão e da  
154 estrutura física existente nas UCs de proteção integral, em conjunto com seus co-gestores (quando  
155 houver) e de acordo com os contratos de co-gestão e origem dos recursos”. A ação 28 foi  
156 renumerada para 33 e não houve nenhuma alteração no texto. Ainda nesta diretriz, foi proposta e  
157 aprovada a inclusão de uma nova ação “Aprimorar a legislação federal e estimular os estados a  
158 instituir legislações específicas sobre RPPNs, com definição de apoio a criação e consolidação das  
159 mesmas”, numerada como 34. Em seguida foi iniciada a análise das ações do componente 3,  
160 primeira diretriz. A ação 1 foi aprovada sem alterações de conteúdo. A ação 2 foi alterada para  
161 “Capacitar pequenas e médias empresas, cooperativas e associações objetivando a agregação de  
162 valor derivado da utilização dos recursos da Biodiversidade” e aprovada com a inclusão do MDA,  
163 MS e Instituições de Ensino como potencial executoras por sugestão das Sras. **Fani Mamede**,  
164 **Márcia Chame** e **Nanuza L. de Menezes**. Na segunda diretriz do componente 3 as ações 3 e 7  
165 foram aprovadas sem alterações no texto, apenas foram acrescentadas algumas instituições como  
166 potenciais executoras. A ação 4 foi alterada, por sugestão do Sr. **Luiz E. C. Bonilha** para: “Elaborar  
167 e implementar planos de gestão para a captura e aproveitamento de produtos e subprodutos da  
168 atividade pesqueira, baseados no controle territorial destes recursos, com especial atenção para as  
169 condições de atracação, desembarque, manuseio e comercialização do pescado” e como instituição  
170 executora foi incluída o CNPA. Na ação 5, o texto foi aprovado com a supressão da palavra  
171 “simples”. A ação 6 foi aprovada após curta discussão com o seguinte texto: “Elaborar e  
172 implementar critérios de certificação voluntária de produtos derivados da biodiversidade,  
173 submetidos ao manejo sustentável”. Além disso, foram incluídas como instituições potenciais  
174 executoras o MS e o MAPA. Logo após o Sr. **Paulo Kegeyama** agradeceu o empenho e dedicação  
175 de todos no primeiro dia de trabalho, solicitou que todos retornassem às 08h da manhã seguinte e

176 encerrou as atividades. No segundo dia de reunião, o Sr. **Paulo Kageyama** iniciou os trabalhos às  
177 08h50min dando prosseguimento à análise do componente 3, terceira diretriz. Por sugestão da Sra.  
178 **Marcia Chame**, o texto da ação 8 foi modificado para “Elaborar e implementar programas de  
179 desenvolvimento tecnológico e uso sustentável da biodiversidade”. As ações 9 e 10 foram  
180 aprovadas com alguns ajustes de termos por sugestão dos Srs. **Rogério Dias**, **Luiz Dombek** e  
181 **Clovis A. Júnior** e Sra. **Marcia Chame**. Na quarta diretriz, a ação 11 foi aprovada sem alterações  
182 e, por sugestão dos Srs. **Aladim Gomes** e **Luiz E. C. Bonilha** foi acrescida a ação 12, “Ampliar o  
183 debate sobre o PL de pesca, visando seu aperfeiçoamento” e, também foi acrescida a ação 13,  
184 “Promover na implementação da política de ATER o manejo sustentável de recursos da  
185 biodiversidade pelos pescadores artesanais, agricultores e aqüicultores familiares”. No componente  
186 4, primeira diretriz, por sugestão da Sra. **Eliane Anjos** e e Sr. **Clóvis Andrade** a ação 1 foi alterada  
187 para “Elaborar e implementar programas de monitoramento dos efeitos da alteração e perda de  
188 biodiversidade sobre a saúde humana”. A ação 2 foi alterada por sugestão das Sras. **Marcia Chame**  
189 e **Fani Mamede** e do Sr. **Angelo Greco** para “Criar e implementar mecanismos de apoio técnico e  
190 financeiro para as atividades de monitoramento, fiscalização e recuperação em áreas de Preservação  
191 Permanente e Reservas Legais, integração as ações nas três esferas do governo”. Além disso, foram  
192 incluídas entidades potenciais executoras nas respectivas células do documento. Atendendo  
193 sugestões das Sras. **Andrea N. Portela**, **Marcia Chame** e **Grace Dalla Pria Pereira** a ação 3 foi  
194 alterada para “Implementar e fortalecer Centros de Monitoramento da biodiversidade, que  
195 desenvolvam e implementem protocolos de monitoramento e sistemas de avaliação adaptados às  
196 especificidades de cada bioma”. Por sugestão de vários membros a ação 4 foi alterada para “Mapear  
197 e monitorar em cada bioma o uso do solo, as práticas de uso sustentável, os remanescentes de  
198 vegetação, as UCs existentes, as áreas de preservação permanente e as reservas legais” e foram  
199 incluída as ações 5 “Implantar Parcelas Permanentes para o monitoramento da biodiversidade nas  
200 UCs e nas áreas prioritárias para conservação nos diversos biomas”, 6 “Atualizar e expandir o

201 Sistema de Proteção da Amazônia para monitorar componentes da biodiversidade” e 7 “Avaliar  
202 periodicamente o status de conservação das áreas definidas como prioritárias para biodiversidade de  
203 acordo com os critérios da COP7”. Na segunda diretriz do componente 4 a ação 5 foi renumerada  
204 para ação 8, em função dos acréscimos de ações na diretriz anterior, e o texto foi alterado para  
205 “Elaborar e implementar medidas de baixo impacto, visando o controle e/ou erradicação de espécies  
206 invasoras, que coloquem em risco a biodiversidade e/ou a saúde pública”. A ação 6 foi renumerada  
207 para ação 9 e o texto foi alterado por sugestão das Sras. **Fani Mamede** e **Eliane Anjos** e Sr. **Miguel**  
208 **Guerra** para “Desenvolver e implementar metodologias e instrumentos de monitoramento dos  
209 impactos da ação antropogênica sobre a biodiversidade, com destaque à pesca, caça e práticas  
210 agropecuárias”. A ação 7 foi renumerada para ação 10 sem alteração do texto, e foram  
211 acrescentadas, por sugestão das Sras. **Eliane Anjos**, **Nanuza L. de Menezes** e **Iolita Bampi** e do  
212 Sr. **Luiz E. C. Bonilha** as ações 11 “Criar e implementar um programa nacional de monitoramento,  
213 controle e prevenção de espécies exóticas e invasoras”, para a qual o Sr. **Gustavo T. Lino** se  
214 posicionou contrário, 12 “Inventariar as fontes poluidoras e avaliar seus potenciais impactos na  
215 biodiversidade” e 13 “Avaliar os impactos do fogo sobre a biodiversidade. Na terceira diretriz do  
216 componente 4 foi incluída no início a ação 14 “Implementar e fortalecer programas de  
217 domesticação, manejo e produção de espécies nativas”. A ação 8 foi renumerada para 15 e a 9 para  
218 16 com pequenas alterações na estrutura do texto. Nas ações do componente 4, com exceção  
219 daquelas em que o voto ficou explicitado acima, o Sr. **Gustavo T. Lino** se absteve de seu direito de  
220 voto. Em seguida passou-se para avaliação do componente 5, primeira diretriz. As ações 1, 2, 3 e 4  
221 foram aprovadas sem alterações do texto tendo sido apenas acrescentadas algumas instituições como  
222 potenciais executoras por sugestão das Sras. **Eliane Anjos**, **Iolita Bampi**, **Fátima Oliveira** e **Grace**  
223 **Dalla Pria Pereira** e Srs. **Miguel Guerra** e **Rogério Dias**. A ação 5 “Capacitar estruturas locais  
224 para participação em conselhos e fóruns afins ao acesso ao patrimônio genético e conhecimento  
225 tradicional e repartição de benefícios” foi retirada do documento por unanimidade após uma curta

226 discussão sobre sua pertinência e avaliação de que seria contemplada na próxima ação. A ação 6 foi  
227 renumerada para 5 e, por sugestão das Sras. **Grace Dalla Pria Pereira, Marcia Chame e Fani**  
228 **Mamede** e Srs. **Luiz E. C. Bonilha e Aladim Gomes**, foi modificada para “Promover ampla  
229 capacitação quanto ao acesso aos recursos genéticos, ao conhecimento tradicional e a repartição de  
230 benefícios para: instituições locais, setores acadêmico e privado, povos indígenas, quilombolas,  
231 pescadores artesanais, agricultores familiares e outras comunidades tradicionais”. A ação 7 foi  
232 renumerada para ação 6 em função da exclusão da ação 5 e o texto foi aprovado sem alterações. No  
233 entanto, a Sra **Iolita Bampi** e Sr. **Gustavo T. Lino** votaram contrários à manutenção desta ação. O  
234 Sr. **Miguel Guerra** sugeriu que os recursos advindos da bioprospecção fossem revertidos para as  
235 UCs e comunidades envolvidas. Em seguida o Presidente da mesa, Sr. **Paulo Kageyama**, encerrou  
236 os trabalhos da parte da manhã às 13h e marcou o retorno para as 14h. Após o intervalo de almoço,  
237 a reunião foi reiniciada às 14h10min dando-se prosseguimento às discussões das ações da primeira  
238 direttriz do componente 5. As ações 8, 9, 10, 11 e 12 foram renumeradas para 6, 7, 8, 9, 10 e 11 em  
239 função da exclusão da ação 5 e todas foram aprovadas sem alterações nos textos, apenas houve  
240 alguns acréscimos na identificação de potenciais executores. Na segunda direttriz do componente 5  
241 as ações 13, 14 e 15 foram renumeradas para 12, 13 e 14 em função da exclusão da ação 5 e todas  
242 foram aprovadas sem alterações nos textos, apenas houve alguns acréscimos na identificação de  
243 potenciais executores. No final da discussão da segunda direttriz do componente 5, o plenário  
244 aprovou a inclusão da ação 15 que ficou com o seguinte texto final: “Regularizar os territórios de  
245 povos e comunidades detentores de conhecimentos tradicionais” e com os seguintes potenciais  
246 executores: MJ, FUNAI, SEPIR, MinC, IBAMA, MCT, SEAP/PR, MDA, Incra, Governos e  
247 Institutos de terra estaduais. Os Srs. **Gustavo T. Lino e Braulio Dias** posicionaram-se contrários à  
248 inclusão desta última ação e as Sras. **Eliane Anjos e Marcia Chame** abstiveram-se desta votação.  
249 Nas ações do componente 5 o Sr. **Gustavo T. Lino** se absteve de seu direito de voto para as ações  
250 1, 2, 3, 4, 6, 11, 12, 13, 14. A seguir, passou-se para a avaliação do componente 6, primeira direttriz.

251 As ações 1 e 3 foram aprovadas sem alterações do texto, apenas foram incluídas potenciais  
252 instituições executoras. Quanto a ação 2, por sugestão da Sra. **Andrea N. Portela**, o texto foi  
253 modificado como segue: “Integrar os sistemas de informação atualizados sobre a biodiversidade,  
254 em uma infra-estrutura compartilhada de dados, contemplando serviços web que estimulem a  
255 valorização e o intercâmbio de conhecimento”. Além disso, foi incluído o MCT como potencial  
256 executor. Na segunda diretriz do componente 6 as ações 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 11 foram aprovadas sem  
257 alterações de conteúdo, apenas foram acrescentadas algumas instituições potenciais executoras. O texto  
258 da ação 6 foi alterado para “Incluir nas campanhas de saúde pública informação e conceitos acerca  
259 da biodiversidade e processos ecológicos que promovam a saúde”. Além disso, foram excluídas  
260 como potenciais executoras a FUNASA e a ANVISA. Em seguida, passou-se para a discussão da  
261 terceira diretriz do componente 6, onde as ações 11, 12, 13 e 14 foram aprovadas sem alterações de  
262 conteúdo, apenas foi incluído o Ministério da Saúde como potencial executor por sugestão da Sra.  
263 **Marcia Chame**. Em todas as ações do componente 6 o Sr. **Gustavo T. Lino** se absteve de seu  
264 direito de voto. Em seguida, o Sr. **Paulo Kageyama** deu início à análise do componente 7,  
265 colocando em discussão as ações da primeira diretriz. O conteúdo da ação 1, por sugestão da Sra.  
266 **Grace Dalla Pria Pereira**, foi modificado para “Fortalecer o SNUC estabelecendo infra-estrutura  
267 necessária para o funcionamento das UCs”. Além disso, o Ministério da Justiça, SEAP/PR e Incra  
268 foram incluídos como potenciais executores por sugestão do Sr. **Luiz E. C. Bonilha** e Sra. **Grace**  
269 **Dalla Pria Pereira**. O texto da ação 2 foi aprovado com a seguinte redação: “Estabelecer, fortalecer  
270 e consolidar rede temáticas de pesquisa em biodiversidade a partir da identificação, fortalecimento e  
271 criação de centros de referência”. Além disso, foram incluídos como potenciais executores desta  
272 ação o IBAMA, Ministério da Saúde, Embrapa, SEAP/PR e Fundos de Apoio à Pesquisa. Em  
273 seguida, o Sr. **Andre Fenner** sugeriu a inclusão da ação “Identificar e promover a implementação  
274 de ações sinérgicas entre acordos, convenções e programas internacionais que tenham interface com  
275 a biodiversidade; e aprimorar o desempenho de suas atividades” a qual foi aprovada pelo plenário

276 como ação de número 3. Passou-se para a análise da ação seguinte, a qual foi renumerada para 4 em  
277 função do acréscimo anterior. Nesta ação o texto aprovado após discussão foi: “Fortalecer Órgãos  
278 Ambientais para proceder análises de EIA/RIMAS e monitorar o cumprimento das suas  
279 condicionantes no âmbito do licenciamento ambiental”. A ação 4, renumerada para 5, foi alterada  
280 por sugestão do Sr. **Gustavo T. Lino** e aprovada pelo plenário com o seguinte texto: “Contemplar  
281 nos PPAs da União, estados e municípios o apoio a projetos que utilizem a biodiversidade de forma  
282 sustentável, contemplando formação de pessoal, a criação e o fortalecimento de instituições  
283 dedicadas a pesquisa e o apoio às pequenas e médias empresas”. Logo após, passou-se para análise  
284 das ações referentes á segunda diretriz do componente 7. As ações 5 e 6, renumeradas para 6 e 7,  
285 foram aprovadas sem alterações de conteúdo, apenas foram incluídas algumas instituições como  
286 potenciais executoras. A ação 8, renumerada 9, foi aprovada sem alterações de conteúdo no entanto  
287 os Srs. **Angelo Greco** e **Gustavo T. Lino** expressaram voto contrário à sua manutenção. A ação 7  
288 foi renumerada para 8 e aprovada com o seguinte conteúdo: “Ampliar o quadro de pessoal para os  
289 órgãos públicos responsáveis pela gestão da biodiversidade e estabelecer planos de carreira com  
290 salários condizentes que permitam a fixação de recursos humanos atendendo às demandas por  
291 bioma/ecossistema”. Na terceira diretriz do componente 7 a ação 9 foi renumerada para 10 e  
292 aprovada sem alterações, apenas foram incluídas as seguintes instituições como potenciais  
293 executoras: MRE, MCT, MS, MDA, MAPA, SEAP/PR, EMBRAPA, CNI e OEMAs. Na quarta  
294 diretriz do componente 7 a ação 10 foi retirada e remanejada para o componente 3, conforme  
295 sugestão da Sra. **Grace Dalla Pria Pereira**. As ações 11, 12, 13 e 14 foram aprovadas sem  
296 alterações de conteúdo, havendo apenas o acréscimo de instituições potenciais executoras por  
297 sugestão dos Srs. **Luiz E. C. Bonilha**, **Rogério Dias** e **Wilson Loureiro**. Em seguida foi  
298 acrescentada e aprovada a ação “Facilitar o acesso aos recursos de programas governamentais por  
299 comunidades tradicionais para atividades de uso e conservação da biodiversidade”, a qual recebeu o  
300 número 15. As ações 15 e 16 foram renumeradas para 16 e 17 em função do acréscimo da última

301 ação e aprovadas sem alterações. Por sugestão do Sra. **Grace Dalla Pria Pereira** e do Sr. **Andre**  
302 **Fenner** a ação 17, renumerada para 18, foi aprovada com o seguinte conteúdo: “Garantir dotação  
303 orçamentária na esfera nacional e estadual para viabilizar o funcionamento dos órgãos colegiados  
304 relacionados à temática da biodiversidade”. O Sr. **Gustavo T. Lino** votou contra a manutenção  
305 desta última ação. A ação 18 foi renumerada para 19 e aprovada com a seguinte redação: “Avaliar e  
306 propor adequação da legislação que trata do financiamento de projetos de conhecimento,  
307 conservação e uso sustentável de biodiversidade”. Além disso, outras instituições foram incluídas  
308 como potenciais executoras. Após esta última ação, por sugestão das Sras. **Eliane Anjos**, **Nanuza**  
309 **L. de Menezes** e **Marcia Chame** e do Sr. **Wilson Loureiro** o plenário aprovou a inclusão das  
310 seguintes ações: 20 - “Criar e implementar fundo específico de financiamento para execução das  
311 ações de monitoramento, avaliação e recuperação da biodiversidade; 21 - “Incentivar a adoção do  
312 Protocolo Verde pelos agentes financeiros”, 22 - “Aperfeiçoar a legislação federal e estimular os  
313 estados a instituir legislação específica sobre RPPNs, com definição de programas de apoio à  
314 criação e consolidação desta categoria de manejo” e 23 - “Reduzir alíquotas de impostos (ICMS e  
315 IPI) para viabilizar pequenas e médias empresas que pratiquem a utilização sustentável da  
316 biodiversidade no seu ramo de negócio”. Na quinta diretriz do componente 7, as ações 19 e 20  
317 foram renumeradas para 24 e 25 em função dos acréscimos na última diretriz e foram aprovadas  
318 sem alterações de conteúdo. No entanto, foram acrescentadas algumas instituições como potenciais  
319 executoras. A ação 21 foi renumerada para 26 e foi aprovada com o seguinte texto final: “Criar  
320 mecanismos de cooperação técnica, bi ou multilateral, para implementação de ações voltadas ao  
321 combate à biopirataria, especialmente para inibir ou reverter casos de biopirataria no exterior”. As  
322 ações 22 e 23 foram renumeradas para 27 e 28 e os textos foram aprovados sem alterações, sendo  
323 acrescidas, apenas, algumas instituições executoras. Em seguida passou-se para a análise da sexta e  
324 última diretriz do componente 7, na qual o plenário aprovou a exclusão das ações 24 e 26. A ação  
325 25 foi renumerada para 30 e aprovada sem alterações no texto. A ação 27 foi renumerada para 31 e

326 o texto foi aprovado como segue: “Elaborar um Código Nacional de Bioética”. Em todas as ações  
327 aprovadas na sexta diretriz foram acrescentadas algumas instituições potenciais executoras por  
328 sugestão de diversos membros. Durante as votações das ações do componente 7, o Sr. **Gustavo T.**  
329 **Lino** se absteve de seu direito de voto com exceção daquelas em que sua posição ficou definida  
330 como registrado acima. Após a conclusão da análise de todas as ações propostas o Sr. **Paulo**  
331 **Kegeyama** deu prosseguimento a reunião colocando em discussão a minuta de deliberação que  
332 aprovava o plano e que instituía a Câmara Técnica Permanente para Finalização e Monitoramento  
333 da Implementação do PAN-Bio. O Sr. **Gustavo T. Lino** ressaltou que o documento chama-se de  
334 Plano de Ação, mas não é propriamente um plano de ação e sugeriu mudar o nome para “Diretrizes  
335 e linhas de ação para implementação da PNB”. O Sr. **Rogério Dias** complementou que um plano de  
336 ação necessita da definição de metas e da definição da origem do orçamento, esta opinião foi  
337 compartilhada pelo Sr. **Luiz Bonilha**. O Sr. **Aladim A. Gomes** comentou que a CONABIO deveria  
338 ter o plano de ação completo para a COP8 e não apenas diretrizes, e que a questão do orçamento  
339 poderia ficar a cargo da Câmara Técnica específica do PAN-Bio. O Sr. **Gustavo T. Lino** justificou  
340 que se absteve de várias votações no decorrer da reunião porque no início no início dos trabalhos  
341 não obteve uma resposta satisfatória quando perguntou se haveria um momento em que o plano  
342 todo seria colocado em votação. Lembrou também de sua observação inicial de que o plenário não  
343 deveria aprovar um documento com nome de “Plano de Ação” se ele ainda não estivesse  
344 estruturado como um plano, pois faltam prazos, produtos, orçamento e responsabilidades. Também  
345 alertou que a Comissão não deveria dar publicidade ao documento desta forma, pois a sociedade  
346 cobraria resultados como se fosse um plano. O Sr. **Braulio Dias** ressaltou que existem dificuldades  
347 em se identificar as fontes de orçamento e a definição de responsabilidades como um plano de ação  
348 exige, pois o documento trata de uma iniciativa nacional que extrapola o Governo Federal,  
349 configurando em uma iniciativa de compatibilização entre compromissos internos e externos da  
350 sociedade brasileira. Por isso, comentou que seria difícil chegar ao nível de detalhamento desejado

351 por alguns membros do plenário e destacou que o plano, da forma como está, configura um  
352 processo onde a definição de orçamento, compromisso e executores seriam estabelecidos nas etapas  
353 seguintes. Por fim, sugeriu que no texto da proposta de deliberação da Câmara Técnica Permanente  
354 para Finalização e Monitoramento da Implementação do PAN-Bio fossem definidas as etapas do  
355 processo que se inicia. as Sras. **Grace D. P. Pereira** e **Andrea N. Portela** e os Srs. **Rogério Dias** e  
356 **Luiz E. C. Bonilha** concordaram com os argumentos o Sr. **Gustavo T. Lino** e sugeriram mudar o  
357 nome do plano. O Sr. **Rômulo J. F. B. Mello** comentou que apesar do documento atual se constituir  
358 em um produto intermediário ao plano desejado, a proposta configura um passo importante para o  
359 alcance do objetivo final. O Sr. **Wilson Loureiro** comentou que se sentia enganado pelo fato do  
360 documento avaliado não estar estruturado como um plano de ação. Também falou que apesar dos  
361 defeitos a proposta tem muitas qualidades e que os problemas técnicos apontados devem ser  
362 resolvidos. O Sr. **Aladim A. Gomes** sugeriu que a questão do orçamento fosse discutida dentro da  
363 Câmara Técnica Permanente para Finalização e Monitoramento da Implementação do PAN-Bio. O  
364 Sr. **Braulio Dias** ressaltou que a Câmara Técnica terá muita dificuldade para definir orçamento, ela  
365 deverá trabalhar dentro de um processo de consulta a possíveis executores e a especialistas. O Sr.  
366 **Wilson Loureiro** solicitou que dentro a Câmara Técnica Permanente para Finalização e  
367 Monitoramento da Implementação do PAN-Bio fosse assegurada a participação de representantes  
368 municipais. O Sr. **Gustavo T. Lino** solicitou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e  
369 Gestão - MP fosse retirado da composição da Câmara Técnica Permanente para Finalização e  
370 Monitoramento da Implementação do PAN-Bio, em função da dificuldade de compatibilização de  
371 agenda de reuniões com as demais câmaras e conselhos em que que participam. Sugeriu que o MP  
372 fosse convidado a participar na fase de finalização dos trabalhos da Câmara Técnica. A Sra. **Grace**  
373 **D. P. Pereira** contestou esta última posição e alegou que o problema apontado ocorre em todos os  
374 ministérios e entidades participantes da CONABIO, e destacou que o MP não pode se ausentar da  
375 Câmara Técnica Permanente para Finalização e Monitoramento da Implementação do PAN-Bio.

376 Logo após, o Sr. **Paulo Kageyama** colocou em votação a aprovação geral do documento com a  
377 modificação do nome para “Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da  
378 Política Nacional da Biodiversidade – PAN-Bio” e também a criação da “ Câmara Técnica  
379 Permanente para Finalização e Monitoramento da Implementação do PAN-Bio”, conforme minuta  
380 de deliberação apresentada. Esta proposta foi aprovada de forma unânime pelo plenário. Em  
381 seguida, o Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu e encerrou a reunião às 18h10. Eu, **Mauro Pichorim**,  
382 por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

383 **JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO**

384 Secretário de Biodiversidade e Florestas

385 Presidente da CONABIO